

# Câmara dá apartamento a suplentes

Brasília — Foto de A. Dorgivan

**Brasília** — O Sr Thomaz Coelho mora com a mulher e três filhos no apartamento 503 do bloco G da Superquadra Sul 111. O apartamento tem quatro quartos, 152 metros quadrados e é de uso exclusivo de deputados federais. Mas Coelho não é deputado. É terceiro suplente e assessor administrativo da Câmara — ou seja, um dos 9 mil 784 funcionários do Congresso, dos quais menos de 5% entraram pela porta certa: por concurso público.

Coelho está morando no apartamento funcional desde julho de 1982 — depois de assumir a vaga do Deputado (efetivo) Manuel Viana (PMDB-CE), que esteve licenciado entre 7 de março e 3 de agosto. Viana voltou, reassumiu o mandato, mas Coelho não se mexeu de onde morava. Aliás, ele não é o único. Dos 384 apartamentos destinados aos 479 deputados — portanto, já insuficientes — 29 são ocupados por suplentes de deputados.

## A exceção

— Eu sou o único funcionário da Câmara a ocupar apartamento de deputado, mas não sou o primeiro — tentou se justificar Coelho, por telefone, semana passada.

O diretor-geral Adélmir Sabino e o diretor da Coordenadoria de Habitação da Câmara, Abeguar Machado Macera, confirmam, pelo menos, que outros 28 suplentes residem em apartamentos de deputados. Mas não dão seus nomes, alegando que só a quarta secretaria poderia fazê-lo. Como o secretário Amaury Muller (PDT-RS) está viajando, não há a informação.

Dos 9 mil 784 funcionários do Congresso, 4 mil 662 são da Câmara e 5 mil 122 do Senado. Eles são na maioria estatutários, mas há também os regidos pela CLT. Sua função: auxiliar os 479 deputados e os 69 senadores a desempenharem bem as suas funções legislativas. Menos de 5% do total destes funcionários foram selecionados por concurso público.

Nos últimos dois anos, a Câmara realizou um único concurso. Em 1984, 32 taquígrafos foram integrados ao quadro de funcionários da Casa depois de passar por concurso público. E só este mês estão sendo chamados 69 novos assistentes legislativos e 20 agentes de segurança aprovados num concurso realizado há quatro anos, segundo informação do diretor-geral da Câmara.



O diretor-geral da Câmara, Adélmir Sabino, não dá nomes

Também no ano passado, por iniciativa do Senador Henrique Santillo (PMDB-GO), 1º-secretário da Mesa do Senado, foram realizados três concursos para preenchimento de vagas de assessores técnicos parlamentares (25), datilógrafos (150) e contadores (6). O mais concorrido foi o de datilógrafo. Para as 150 vagas disponíveis, inscreveram-se 28 mil pessoas. E o mais exigente foi o de assessor técnico — ao longo de 12 meses, 2 mil 800 candidatos fizeram quatro provas concorrendo às 25 vagas oferecidas na época e agora dilatadas para 75.

## A regra

“O Congresso é uma mãe”. A afirmação é frequentemente utilizada pelos funcionários para explicar a generosidade de seus salários, sempre acrescidos de verba de representação para os mais graduados e da infalível soma das sessões extraordinárias, que alcança todos. O salário de um assessor técnico nível DAS 3, por exemplo, é calculado assim: Cr\$ 2 milhões 425 mil 879 de vencimento-base, acrescidos de mais 46% deste valor como verba de represen-

tação e mais um e trinta avos de seu vencimento, por cada sessão extraordinária. O que, segundo informação da diretoria da Câmara e da 1ª-secretaria do Senado, resulta, no mínimo, no dobro do vencimento-base e, no máximo, numa agradável surpresa para mais.

A mesma regra — excluindo a verba de representação e incluindo as vantagens relativas a cada função — se aplica à soma dos vencimentos de qualquer funcionário das duas casas — Câmara ou Senado. No final de cada mês a mãe sempre presenteia seus filhos com a tal agradável surpresa.

## O trem

Na Câmara e no Senado, diretores admitem, com certo constrangimento, que o mais difícil de suas funções é resistir às pressões dos parlamentares em favor dos seus protegidos. O trem da alegria — a nomeação, de uma só vez, no final do ano passado, de 1 mil 554 pessoas para a gráfica do Senado é um exemplo dos favorecimentos patrocinados pelos parlamentares.

Na verdade, 1 mil 102 pessoas já eram funcionários da gráfica. Mas, aproveitando a mudança do regime de contrato de trabalho de CLT para estatutário, com indicações de parlamentares e aprovação do presidente da Mesa do Senado, Moacyr Dalla (PDS-ES), outras 452 pessoas pegaram carona no famoso trem. Delas, 32 eram parentes ou afilhados políticos de senadores, deputados ou diretores da Casa.

Neste caso, exageraram na dose. Por exemplo o diretor-superintendente da gráfica do Senado, Rudy Mauren, que, de uma só vez, colocou duas filhas — Evelin e Renata — a mulher Ida e a Nora Sayonara. O Deputado Pedro Ceolin (PDS-ES) não ficou por baixo: conseguiu vaga para quatro filhos — Ana Cláudia, Vânia, Maria Aparecida e Inácio Luís. Eurico Rezende, ex-senador e ex-Governador do Espírito Santo, competiu em igualdade de condições: colocou no trem dois filhos — Andréa e Edmar — e dois netos — Walter e Renata.

Mais modestos foram os senadores Alexandre Costa (PDS-MA) — um filho (Júnior) e um neto (Alexandre) — e os Senadores Humberto Lucena, líder do PMDB; Moacyr Dalla, presidente do Senado; Aderbal Jurema (PFL-PE), mais os Deputados José Kífuri (PDS-PR) Paulo Guerra (PDS-AP) e Flávio Marcílio (presidente da Câmara que contribuíram, cada um, com um filho.

O famoso jeitinho brasileiro se aplica ao Congresso Nacional num sem-número de casos — do trem da alegria à moradia. E a grande diferença visível entre uma e outra administração é que as instalações da administração do Senado são mais luxuosas e amplas até do que os gabinetes dos próprios senadores. As salas do diretor, por exemplo, são as únicas que têm pesadas cortinas de veludo e mesas de jacarandá.

Vale contar também uma das histórias mais famosas dos corredores do Legislativo: o secretário-geral da Mesa da Câmara, Paulo Afonso de Oliveira, é o recordista da Casa em viagens ao exterior — 57 em 16 anos de árduo trabalho. Atualmente, está na Ásia acompanhando o presidente da Câmara, Flávio Marcílio.